

## Reflexão Sobre o Perfil da Educação na Epistemologia da Complexidade

*Natália Ortiz Hazarian<sup>1</sup>*

### Resumo

O mundo sofre cada vez mais com avanços como os da globalização e da tecnologia da informação, delatando antigos paradigmas como insuficientes para suportar novos contextos sociais complexos. Deste modo, o presente artigo busca entender qual o papel da Educação na formação de indivíduos cidadãos aptos a lidar com tal complexidade. Numa nova era permeada pela interdisciplinaridade, é fundamental a interligação da Educação com outras áreas do conhecimento, assim como a Comunicação, para uma atuação holística que permita a competência plena das instituições educadoras. Discute-se também a necessidade de um processo participativo do aluno na educação, onde o discurso autoritário e vertical perde espaço, há a valorização de meios perceptivos como o olfato e tato, e há uma formação mais crítica e humana do educando.

**Palavras-chave:** *Paradigma da Complexidade; Educação; Comunicação; Interdisciplinaridade; Novas Posturas.*

### Introdução

Mudanças, transformações... Novas estruturas sociais adaptando-se a ritmos cada vez mais acelerados, tecnologias mais desenvolvidas, contextos progressivamente mais amplos e complexos. Padrões que antigamente necessitariam de décadas para se estabelecer, tais como reflexos da Revolução Industrial nas sociedades, atualmente se fixam em questão de poucos anos, ou até mesmo meses.

As tecnologias da comunicação, por exemplo, desenvolvem-se numa velocidade

---

<sup>1</sup> Graduanda em Comunicação Social (Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes), Habilitação em Relações Públicas.

que quando, num curto momento, acredita-se que estão começando a esboçar contornos que, por exemplo, poderiam estabelecer um campo de estudos mais bem delineado, logo uma outra novidade tecnológica surge e mal temos tempo para entender quais as conseqüências que esta pode nos ocasionar.

Trata-se de uma nova era na qual a consistência e a certeza perdem seus espaços cada vez mais frequentemente. Num contexto mundial tão complexo, com inúmeras novas tecnologias, novos comportamentos, questiona-se, então: como se dá a formação de pessoas capazes de estar preparadas para entender e lidar com tamanha complexidade? Como deve ser o desenvolvimento de tais indivíduos para que eles consigam compreender e viver diante dos avanços tecnológicos, da globalização e de toda mudança de estrutura social que os rodeia?

Frente às novas mudanças citadas, retoma-se, portanto, um acompanhamento do indivíduo que vai desde os momentos iniciais de sua vida até o período em que ele pode ser considerado um cidadão. Uma vez afirmando que este indivíduo sofre influências diretas e indiretas de tudo com o que tem contato e se expõe, tal como sua família, cultura, sociedade e educação escolar, estudar-se-á, neste trabalho, este último tema.

Ou seja, ao tratar da educação, retoma-se ao que foi anteriormente interrogado, porém, através de um enfoque mais específico: qual o papel da educação neste processo de formação do indivíduo? Ou melhor, quais são seus novos papéis exigidos para que sua revisão supra às novas demandas e necessidades evidenciadas?

## Contextos Paradigmáticos

A fim de tratar a forma de como se pensa a educação, torna-se imprescindível a análise, mesmo que breve, do contexto contemporâneo que a norteia. Tal contexto, impregnado principalmente por perspectivas racionalistas/positivistas, conduziram não só a educação, mas todo o mundo ocidental por séculos, cujos pensamentos e ideais traduziam-se em quadros teóricos que reafirmavam, como num ciclo vicioso, seus próprios padrões e propostas de comportamento.

Porém, tais padrões começam a sucumbir quando entram em atrito com um novo mundo cujas necessidades não são mais satisfeitas por guias como o racionalismo instrumental, o dualismo cartesiano, o objetivismo, a linearidade e a neutralidade. Esse conjunto de concepções do paradigma positivista entra em contato com assuntos que não suporta, tornando-se insuficiente para o complexo, o subjetivo, o holístico. Neste contexto,

a racionalização, a fragmentação e a dissecação promovem padrões rígidos que reduzem o raciocínio, pois permitem apenas um pensamento “afunilado”, incompleto; um conhecimento científico é incapaz de interagir, de comunicar-se com outras disciplinas.

Morin afirma poder haver, num paradigma, uma relativa divisão dos domínios científicos para que haja distinção, oposição dos mesmos, desde que eles possam se comunicar sem operar a redução. Afirma:

O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais (MORIN, 2008: 138).

Ou seja, é visualizada a necessidade de uma visão holística, com padrões mais maleáveis que permitam a trans, inter e pluridisciplinaridade entre os conhecimentos científicos.

## Educação

Nesta discussão encontra-se o assunto proposto: educação. A emergência de uma nova maneira de enxergar e pensar sobre o mundo instiga a desapropriação de algumas (não todas) características do paradigma antigo – positivista – e faz com que a educação questione-se a respeito de um novo perfil situado na articulação com outros campos, numa transdisciplinaridade responsável pelo enriquecimento de seu papel na sociedade. Morin, ao afirmar que “elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo” (2003: 38), defende a existência de

[...] um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. [...] Em consequência, a educação deve promover a “inteligência geral” apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global (MORIN, 2003: 38-39).

Devido a uma crise de paradigmas, o homem é impelido a um mundo ainda desconhecido, a um conjunto conceitual relativamente pouco explorado. Por tal motivo, depara-se com incertezas, dúvidas cujas respostas estão por vir, ou não. Morin, dentre outros tipos levantados sobre incertezas, caracteriza as *incertezas racionais* como aquelas advindas de um paradigma no qual a racionalização ganhou tanto espaço que sua exacerbação torna-a cega. Defende que é preciso enfrentar a incerteza (MORIN, 2003: 84),

de uma forma com que haja a constante interrogação do educador (MORIN, 2003: 31).

Morin faz uma distinção do que seria a racionalização e a racionalidade: a primeira é caracterizada como fechada, pertencente a uma doutrina, um modelo mecanicista e determinista que não é racional e não prevê seus próprios erros; já a segunda é um modelo aberto da razão, “é a melhor proteção contra o erro e a ilusão” (MORIN, 2008: 23) pois admite a existência destes, e “reconhece-se a verdadeira racionalidade pela capacidade de identificar suas insuficiências” (MORIN, 2003: 23).

Daí decorre a necessidade de reconhecer na educação do futuro um *princípio de incerteza racional* [grifo do autor]: a racionalidade corre risco constante, caso não mantenha vigilante a autocrítica quanto a cair na ilusão racionalizadora. Isso significa que a verdadeira racionalidade não é apenas teórica, apenas crítica, mas também autocrítica (MORIN, 2003: 24).

Tais interrogações devem levar o educador a refletir sobre novas maneiras de exercer essa educação, questionando de que características ela se deve atribuir para acompanhar um mundo que engloba tantas revoluções – como as da tecnologia da informação – e em espaços de tempo cada vez mais curtos. É necessário por parte da pedagogia instigar o seu próprio reinvento a fim de acompanhar as mudanças estruturais, fornecendo uma base educacional para o aluno que dê sustentação para o seu contato não só com a sua realidade sócio-cultural, mas com a do mundo, sendo a aproximação com estas diferentes realidades ocorrendo cada vez mais por meios de meios de comunicação. Assim como afirma Gutierrez:

O garoto que se senta pela primeira vez no banco da escola não já não é aquele garoto tímido do princípio do século, cuja visão sobrevoava apenas os horizontes do seu bairro. Os estudantes são, hoje, cidadãos do mundo. Passou-se de um meio cultural próximo, local ou nacional, para uma cultura mundial (GUTIERREZ, 1978: 23).

Os contextos já não são os mesmos, e as atitudes pedagógicas devem estar dispostas a se preparar para o novo, em prol de exercer sua atuação na formação humana do educando de maneira cada vez mais abrangente, completa e competente. A formação educacional de décadas ou séculos passados não tem vez no complexo de novas situações, a instituição da Escola não pode crer que seus métodos de ensino são atemporais, imortais. “Este é o problema mais agudo: que a escola continue criando no educando disposições mentais em contradição com as situações mentais criadas por seu contato com a vida” (GUTIERREZ, 1978: 25). A postura da Escola deve ser compatível com as realidades

sócio-culturais citadas anteriormente.

Porém, para uma mudança de postura da educação capaz de acompanhar tais revoluções e âmbitos cada vez mais mundiais, não se deveria, mesmo que fosse possível, desvincular-se de tudo o que foi adquirido e absorvido pelo paradigma anterior. A crise de paradigmas vivenciada nestas últimas décadas, sugerindo um novo paradigma complexo, põe em questão as insuficiências das bases conceituais do “antigo”, positivista, e visa a estabelecer os próximos pilares que sustentarão um novo paradigma. Deve-se, no entanto, incorporar certas perspectivas, e não negar a ciência e conhecimento adquiridos anteriormente.

Com base em tal raciocínio, cita-se Fernando Font, que, atribuindo-se das “terminologias” Modernismo e Pós-Modernismo, afirma:

[...] a Modernidade, ao adotar uma visão universalista nas normas sociais e morais, cometeu o grave erro de dividir o homem em razão e sensibilidade, obrigando a educação formal optar pela hegemonia da razão. Adverte, contudo, para o perigo igualmente mutilante de se tentar, num novo projeto pedagógico, a recuperação da sensibilidade ao custo da pura e simples castração da razão (FONT, apud CITELLI, 2011: 17).

Portanto, há a valorização da sensibilidade e do próprio sujeito em si, determinando alguns passos a serem seguidos pela educação. Porém, há a ressalva de que o que foi conquistado até hoje não deve ser descartado, e sim, transformado de modo com que se molde da melhor maneira no novo perfil esperado da educação.

## Educação e Comunicação

Representando o que seria a própria interdisciplinaridade citada, analisa-se o exemplo de um novo campo, Educomunicação, proveniente não só da mera intersecção da educação e comunicação, mas do rico resultado que se observa da interação desses dois campos, estabelecendo um valor que cria “espaço para o conhecimento crítico e criativo, para a cidadania e a solidariedade” (SOARES, 2011: 13). Estudos nos quais se relacionavam educação e comunicação iniciaram-se, no Brasil, por volta da década de sessenta, quando Paulo Freire, afirmava que promover educação é fazer comunicação (FREIRE, 1976).

Analisando-se por este ponto de vista, os dois campos apresentam-se como inerentes um ao outro. A educomunicação propõe trabalhar a comunicação *da* e *na* educação: além de reinventar a forma que a comunicação é trabalhada dentro da sala de

aula, aquela direta e “tradicional” entre o professor e o aluno, é proposto pela educomunicação a utilização de outros meios de comunicação para uma formação educacional.

O educador deve ter a sensibilidade de averiguar qual deve ser o melhor modo de expressar o conhecimento a ser não só captado, mas *apreendido* pelo aluno; ou seja, de qual meio de comunicação deve se utilizar para conseguir exercer a educação. Neste ponto, comunicação e educação sofrem muito mais que uma intersecção qualquer, mas passam a ser totalmente imbricadas.

### Discursos: autorizado e dialógico

Porém, estudando estes dois campos de forma separada, do ponto de vista discursivo, observa-se a citação de Ismar Soares:

Educação e comunicação se distanciam, também, pelo tecido de seus discursos. O discurso educacional é mais fechado e enquadrador, oficial, mais autorizado. Validado por autoridades, não é questionado. O discurso comunicacional, ao contrário, é desautorizado, desrespeitoso e aberto, no sentido de que está sempre à procura de algo novo, do diferente, do inusitado (SOARES, 2011: 21).

Torna-se ainda mais interessante a articulação desses dois campos quando são analisados quase como contraditórios no ponto de vista discursivo. A educação, tratando-se de um discurso “fechado em si mesmo”, quando abordada sob um olhar racionalista, ganha o aspecto de discurso autoritário, no qual “[...] o processo de comunicação (eu-tu-eu) praticamente desaparece, visto que o *tu* se transforma em receptor com pouca ou nenhuma capacidade de interferir e modificar o que está sendo escrito” (CITELLI, 2000: 25).

Ou seja, a liberdade que o *tu* (no caso, o próprio aluno) tem de intervir no discurso é muito baixa, causando, neste, uma polissemia de menor grau. Abordando-se o caso professor-aluno, o primeiro ganha tom autoritário, representando a instituição Escola, e seu discurso é fechado.

Com base nessa falta de interação professor-aluno, “ensina-se ao professor a manipular os alunos, a fim de obter aprendizagem, sem deixar arrastar pela singularidade de suas vivências” (RESTREPO, 1994: 27). Ou seja, não se dá espaço à participação, ou até mesmo à cidadania, à solidariedade; não dá espaço, num aspecto mais amplo, ao subjetivismo, à complexidade.

Neste ponto, visualiza-se, na obra de Gutierrez, a associação que o autor faz com o

controle do discurso e os meios de comunicação (ou, como o autor cita no caso, meios de informação) pelo professor na sala de aula com o conceito de incomunicação. É analisado o comportamento do educador quando só este e a Escola têm o domínio e a autorização do discurso. Afirma:

Há autores que atribuem o fenômeno precisamente à desnaturalização da comunicação, originado no fato de que os meios de informação são porta-vozes unilaterais de grupos minoritários que, desde o princípio, deles se apoderaram. Reduzir os meios de comunicação a meios de informação é o que chamamos de desnaturalização ou perversão do processo. [...] A comunicação não tem que ser irreversível nem unidirecional. Em síntese, a comunicação é diálogo (GUTIERREZ, 1978: 30-31).

Há, no caso, o discurso autorizado exacerbado, e o receptor, aluno, não pode participar do próprio processo educativo do qual é envolvido. Não participa de um diálogo, pois o mesmo não tem intuito de ser efetivado pelo educador.

Portanto, no lugar deste discurso autoritário, propõe-se o dialógico. Ao invés da mera “transmissão” de conhecimentos, da imposição dos mesmos frente ao aluno, repetindo-os a fim de que ele apresente uma “absorção intelectual” – ilusória e ingênua – fundamenta-se o discurso dialógico capaz de fornecer formas de diálogo que auxiliam no processo educativo. O processo participativo do aluno na educação torna-se enriquecedor, a comunicação horizontal entre este e seu professor toma o lugar do impositivo, vertical.

Uma vez que “a inibição, que é repressão, é falta de espontaneidade e, portanto, de comunicação” (GUTIERREZ, 1978: 31), é evidentemente necessário “fazer da escola um centro de comunicação dialógica e converter os meios de comunicação em escola participante” (GUTIERREZ, 1978: 30), promovendo a real educação, e não pelos meios de informação, mas pelos meios da comunicação.

### **Processo Participativo: aproximando-se da afetividade, afastando-se do audiovisual**

Essa participação, envolvimento, faz com que o aluno não seja somente um espectador do seu próprio processo educacional, mas seu protagonista. O aluno é quem tem que fazer descobertas, explorar, e ao professor cabe guiar este processo, instigar a curiosidade do aluno e implementar a sensibilidade do processo, agindo de forma profissional, porém, antes de mais nada, de forma humana. Ou seja, é um processo de ajuda mútua, no qual ninguém aprende sozinho, tanto o aluno aprende com o professor, quanto vice-versa, podendo sem dúvida haver casos onde o aprendizado ocorre em grupos.

Contudo, é importante ressaltar que cada um tem algo de novo e singular a trazer

para o processo educativo. Essa contribuição, aproximação entre os participantes é uma das questões centrais a serem destacadas. E para haver tal aproximação, é preciso primeiro confiança mútua, respeito e um relacionamento afetivo ligado à ternura.

Ao negar a importância das cognições afetivas, a educação se afirma como um pedantismo do saber que se mantém subsidiário de uma concepção de razão universal e apática, distante dos sentimentos e dos afetos, fiadora de um interesse imperial que desconhece a importância de ligar-se a contextos e a seres singulares (RESTREPO, 1994: 32-33).

Ou seja, a apatia citada pode gerar então o distanciamento cada vez maior entre professor-aluno, e é esse processo que a educação tem que reverter, por meios de processos comunicativos e participativos, conjuntamente. A escola deve ser capaz de afastar-se de valores tão numéricos, racionais, quantitativos, e aproximar-se do fator afetivo, humano, qualitativo. E, desta forma, atingir-se-á o trabalho em conjunto que proporciona a devida importância para o contato entre as singularidades.

O aniquilamento da singularidade se torna patente na incapacidade da escola de compreender a existência de modelos divergentes de conhecimento, em sua obsessão pelo método e pela nota, na incapacidade de captar as tonalidades afetivas que dinamizam ou bloqueiam os processos de aprendizagem (RESTREPO, 1994: 33).

Por meio do processo participativo, o educador cria um poder inestimável: não o de possuir o controle sobre os “meios de informação” trabalhados por Gutierrez, mas de estimular a singularidade de cada educando, promovendo “a perceptibilidade, criticismo e criatividade” (GUTIERREZ, 1978: 20) deles, ajudando uns aos outros a construir a formação pessoal de cada um do grupo e agregando progressivamente a característica de cidadania a eles. O processo participativo, ao sugerir diferentes formas de expressão dos alunos, via diferentes meios de comunicação, gera espontaneidade no processo educativo. Gutierrez, ao trabalhar o tema central de seu livro, afirma:

Estabelecer uma comunicação mais intensa, mais viva, no processo educativo, é um dos objetivos primordiais da pedagogia da linguagem total. [...] A educação deve proporcionar técnicas de aprendizagem, auto-expressão e participação. Este será, sem dúvida, um passo seguro que obrigará a sociedade a modificar meios de informação em meios de comunicação (GUTIERREZ, 1978: 30).

Desta forma, com o processo participativo educativo, por meio da afetividade, afastar-se-á a educação, de maneira benéfica, do contexto atual de domínio do audiovisual perante os meios de comunicação mundiais. É exigido do aluno muito mais do que suas percepções auditivas e visuais (modos de interação da comunicação audiovisual), mas sim



outros tipos de percepção que, quando se agrupam, caminham na direção de uma educação mais bem-sucedida e vivida, de fato, pelo educando.

São valorizados, portanto, percepções como o olfato e o tato, ajudando a promover “conhecimentos ao calor de toques ternos e encontros inspiradores. A tarefa do pedagogo é formar sensibilidades e, para isso, deve passar da razão teórica à razão sensorial e contextual [...]” (RESTREPO, 1994: 35).

Não se trata aqui, porém, de subestimar a importância dos meios audiovisuais no processo de educação dos indivíduos. O que é ressaltado, no entanto, é que alguns modos perceptivos dos alunos foram agregados de valor muito menor, tendo importância apenas como um suporte na sala de aula. Com as percepções do olfato, do tato, do visual e do auditivo trabalhadas em conjunto, na sua completude, o ensino se torna rico, e a internalização de conhecimentos ocorre de maneira mais fluida e consistente.

Contudo, se há apenas a relevância das percepções audiovisuais neste processo, há o conseqüente distanciamento do professor e aluno, típico de padrões tradicionais educativos.

Ao excluir o tato e o olfato do processo pedagógico, nega-se a possibilidade de fomentar uma intimidade e proximidade afetiva com o aluno, perpetuando-se uma distância corporal que reforça a posição de poder do mestre, que agora se torna verdade incontestável (RESTREPO, 1994: 34).

Ou seja, retorna-se rapidamente ao que foi mencionado em relação ao discurso autoritário do professor, no qual o foco certamente não é o processo educativo participativo. E, citando novamente Restrepo, numa sala de aula na qual “os alunos devem permanecer quietos, atentos, com o olhar voltado para frente, como se fossem só significativos os gestos e vocalização do professor” (RESTREPO, 1994: 34), retoma-se também o conceito de incomunicação trabalhado por Gutierrez anteriormente, onde há a perversão da comunicação quando a informação é emitida apenas pelo enunciador, e não pelo receptor.

## Formação de Consciência

Como dito anteriormente, é por meio do processo participativo da educação, trabalhado por Gutierrez, que se enxerga o educando como o protagonista de sua própria formação. Ou seja, seu envolvimento e atuação são fundamentais para que ele consiga evoluir. Desta forma, não se espera somente um envolvimento frio e indiferente do

educando, mas uma posição crítica, consciente e que seja capaz de agir e reagir em relação ao que se está sendo exposto. Este comportamento crítico deve, no entanto, ser guiado pelo professor, que deve instigá-lo a não apenas refletir sobre o conteúdo científico e acadêmico que está sendo dado, mas, antes de tudo, deve saber criar no aluno a vontade de refletir sobre sua existência, sua realidade e sociedade.

Desta forma, a criticidade do aluno é capaz de fazê-lo pensar e repensar a respeito de questões que ele próprio se torna capaz de levantar. Morin chama isto de interrogar-se sobre a condição humana, a qual “implica primeiro interrogar nossa posição no mundo” (MORIN, 2008: 47). Segundo ele, esta é uma forma de reconhecer sua individualidade e complexidade própria, sendo estas totalmente imbricadas com o contexto ao redor. Para Petraglia, “dessa maneira, o ser humano, através da educação, será capaz de reformular seu pensamento e refletir-se conscientemente” (PETRAGLIA, 2003: 77).

Ou seja, a formação de consciência do educando está diretamente ligada à criação de um posicionamento crítico, e não passivo. E com esta consciência, o aluno é capaz de interagir com a realidade social que o rodeia, adquirindo um comportamento transformador, impondo sua posição como pessoa, cidadão, ser humano.

A educação será, portanto, um reagir (responder) criativamente do educando. Em outras palavras, é desenvolver uma capacidade de reagir frente aos outros e ao mundo que os rodeia. É conseguir com que o homem seja capaz, durante toda a sua vida, de interrogar-se e encontrar as respostas adequadas para transformar a realidade (GUTIERREZ, 1978: 39).

Consequentemente, Gutierrez defende que os homens não sejam mais “espectadores, mas sim recriadores do mundo.” (FREIRE, apud GUTIERREZ, 1978: 39). É desenvolvido, portanto, o poder de se incidir sobre o mundo, de criar, de inventar. Desta forma, uma formação e instrução que o educando tem nos princípios de escola o permitem a não mais ser um espectador de sua própria vida. E retomando ao conceito de processo participativo, é afirmado que “somente uma participação ativa no processo permitirá à criança educar-se com responsabilidade” (GUTIERREZ, 1978: 43).

Assim sendo, na escola, o ideal não é que o aluno aprenda a realizar cálculos matemáticos, analisar biologicamente seres vivos ou aprender grandes acontecimentos históricos ou regras de gramática, apenas. O ideal é que ele compreenda a vida e qual sua individualidade/singularidade e posição dentro dela. Somente os questionamentos sobre as condições humanas moldam a consciência de uma pessoa, construindo seu caráter, tornando-a cidadã, politizada, ativa sobre o seu entorno. E para tal, “uma ‘escola’ que

queira preparar o cidadão para a nova sociedade há de procurar, o quanto antes, formas de comunicação participante” (GUTIERREZ, 1978: 45).

### Considerações Finais

Viver em uma realidade que apresenta crises paradigmáticas nos força a realizar questionamentos em relação ao que pode ou não ser aproveitado de padrões passados para a construção de um mundo futuro. A consolidação de uma epistemologia complexa tem transformado realidades lentamente: é possível que se trate de uma questão de séculos. E tais mudanças jamais terão regresso, somente progresso. Entender e adotar novas posturas torna-se, portanto, inevitável, uma vez que acompanhar novos padrões e comportamentos sociais é pré-requisito para a sobrevivência de qualquer instituição, ciência ou sociedade.

Desta forma, motivos para que a Educação tenha também suas mudanças posturais são mais que evidenciados. A questão passa a ser a necessidade de esclarecimento de diretrizes para tal. Contudo, não há quem as indique a não ser as necessidades dos próprios indivíduos e de suas sociedades, e isto sugere que, assim como uma mudança paradigmática, a mudança postural da Educação citada demande longos períodos para que ocorra. O que se deve fazer é olhar para o passado e, dele, aproveitar aprendizados para uma nova era baseada no complexo, no interdisciplinar, e na globalização sujeita a alcançar cada vez barreiras mais distantes devido principalmente à tecnologia dos meios de comunicação.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CITELLI, Adílson Odair. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: um campo de mediações*. In CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do Discurso Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1997.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GUTIERREZ, Francisco. *Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação.* São Paulo: Summus, 1978.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ciência com Consciência.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber.* 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura.* Petrópolis: Vozes, 1994.